



Revista Affectio Societatis
Departamento de Psicoanálisis
Universidad de Antioquia
revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co
ISSN (versión electrónica): 0123-8884
Colombia

Tipo de documento: Artículo de Investigación

2025

Carla Elisa Mallmann, Amanda Hoffmann de Oliveira,
Felipe Sant'Ana Vargas & Milena da Rosa Silva

**Experiências de racismo vividas e compartilhadas por trabalhadoras
de uma instituição de acolhimento**

Revista Affectio Societatis, Vol. 22, N. ° 42, enero-junio de 2025

Art. # 07 (pp. 1-26)

Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia
Medellín, Colombia

ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN



EXPERIÊNCIAS DE RACISMO VIVIDAS E COMPARTILHADAS POR TRABALHADORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Carla Elisa Mallmann¹
carlamallmann@gmail.com

Amanda Hoffmann de Oliveira²
amandahoffmannpsic@gmail.com

Felipe Sant'Ana Vargas³
felipe.vargas2402@gmail.com

Milena da Rosa Silva⁴
milenarsilva@hotmail.com

<https://doi.org/10.17533/udea.affs.v22n42a07>

-
- 1 Psicóloga pela UFRGS e Mestre pelo PPG Psicanálise: Clínica e Cultura/UFRGS, trabalhadora da Fundação de Proteção Especial do RS.
 - 2 Psicóloga pela UFRGS e Mestre pelo PPG Psicanálise: Clínica e Cultura/UFRGS, trabalha atualmente em Contato Seguro e Centro Clínico de Atendimento Psicológico.
 - 3 Graduando em Psicologia pela UFRGS.
 - 4 Psicóloga. Possui Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento UFRGS (2003) e Doutorado em Psicologia pela UFRGS (2007). Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orientadora de mestrado no PPG Psicanálise: Clínica e Cultura UFRGS. Pós-doutoranda no PPG em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Pesquisadora Membro do GT Parentalidade e desenvolvimento infantil em diferentes contextos da ANPEPP, desde 2014. Membro do GT REDIPPOL - Sexo, Gênero e Poder. Co-coordenadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias (NEPIs) da UFRGS. Tem trabalhado com Psicologia e Psicanálise, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: cuidado; parentalidades; entrelaçamentos entre psicanálise e gênero; psicanálise com bebês; educação infantil (berçário/creche); clínica da criança.

Resumo

O presente trabalho discute raça e racismo a partir de encontros com trabalhadoras de uma instituição de acolhimento. Tais encontros se deram através da proposição do dispositivo de experiência literária compartilhada para as trabalhadoras da instituição. Em dois, dentre os oito encontros realizados, a temática racial surgiu como o elemento central de trocas entre as participantes. A partir da leitura dos diários clínicos produzidos a partir desses encontros, foram eleitas quatro categorias de análise: o racismo cotidiano; colorismo; as políticas do cabelo e o pro-

cesso de intelectualização e negação do racismo. Percebe-se a importância da discussão dessa temática no contexto do acolhimento institucional, espaço marcado historicamente por práticas racistas. Conclui-se que a experiência literária compartilhada pode contribuir para espaços de formação e discussão acerca da temática, a fim de se construir possibilidades de enfrentamento, bem como práticas menos marcadas pelo racismo.

Palavras-chave: raça; racismo; acolhimento institucional; psicanálise.

EXPERIENCIAS DE RACISMO VIVIDAS Y COMPARTIDAS POR TRABAJADORAS DE UNA INSTITUCIÓN DE ACOGIDA

Resumen

El presente trabajo analiza la raza y el racismo a partir de encuentros con trabajadoras de una institución de acogida. Dichos encuentros se realizaron mediante la propuesta de un dispositivo de Experiencia Literaria Compartida para las trabajadoras de la institución. En dos de los ocho encuentros que se llevaron a cabo, el tema racial surgió como elemento central de los intercambios entre las participantes. A partir de la lectura de los diarios clínicos producidos en

estos encuentros, se eligieron cuatro categorías de análisis: el racismo cotidiano; el colorismo; las políticas del cabello y el proceso de intelectualización y negación del racismo. Se identificó la importancia de debatir este tema en el contexto de la acogida institucional, un espacio marcado históricamente por prácticas racistas. Se concluye que la experiencia literaria compartida puede contribuir a espacios de formación y discusión sobre el tema, con el fin de construir

posibilidades de confrontación, así como prácticas menos marcadas por el racismo.

Palabras clave: raza; racismo; acogida institucional; psicoanálisis.

EXPERIENCES AND RACISM LIVED AND SHARED BY FEMALE WORKERS IN A SHELTER INSTITUTION

Abstract

This paper analyzes race and racism based on meetings with female workers in a shelter institution. These meetings took place through the proposal of a Shared Literary Experience device for female workers at the institution. Racial theme emerged as a central element in the exchanges among participants in two out of the eight meetings held. From the reading of the clinical journals produced at these meetings, four categories of analysis were chosen: everyday racism, colorism, hair policies, and the process of intellectualizing and

denying racism. The relevance of discussing this topic in the context of institutional shelters, historically marked by racist practices, has been identified. It is concluded that the shared literary experience might be useful to the spaces of education and discussion on this topic in order to build possibilities of confrontation, as well as practices less characterized by racism.

Keywords: race; racism; institutional shelter; psychoanalysis.

EXPÉRIENCES DE RACISME VÉCUES ET PARTAGÉES PAR LE PERSONNEL D'UN CENTRE D'ACCUEIL

Résumé

Cet article analyse la race et le racisme à partir de rencontres avec des collaboratrices d'un centre d'accueil. Ces rencontres ont eu lieu dans le cadre de la proposition d'un dispo-

sitif d'expérience littéraire partagée pour les collaboratrices du centre. Dans deux des huit rencontres qui ont eu lieu, le sujet de la race est apparu comme un élément central

des échanges entre les participantes. À partir de la lecture des journaux cliniques produits lors de ces rencontres, quatre catégories d'analyse ont été retenues : le racisme quotidien, le colorisme, les politiques des cheveux et le processus d'intellectualisation et de déni du racisme. Il a été souligné l'importance de discuter de cette question dans le contexte de l'accueil institutionnel, un espace historiquement marqué

par des pratiques racistes. Il en ressort que l'expérience littéraire partagée peut contribuer à des espaces de formation et de discussion sur le sujet, afin de construire des possibilités de confrontation, ainsi que des pratiques moins marquées par le racisme.

Mots clés : race ; racisme ; accueil institutionnel ; psychanalyse.

Recibido: 10/14/2024 • Aprobado: 05/04/2025

Introdução

O presente trabalho é fruto de um recorte da pesquisa de mestrado de uma das autoras deste artigo. O projeto, denominado “Experiência literária compartilhada: uma possibilidade de escuta e (re)construção de sentidos no acolhimento institucional”, foi desenvolvido com um grupo de trabalhadoras de um Núcleo de Abrigos Residenciais da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, tendo como intuito identificar os possíveis efeitos do dispositivo da experiência literária compartilhada na atuação das trabalhadoras desta instituição.

O acolhimento institucional é um local de muitas histórias, histórias de violência e dor, de desamparo, de tristeza e saudade, mas não somente. As histórias estão por todos os lugares e elas podem se revelar e até mesmo transbordar ou ficar escondidas e invisibilizadas. É importante atentarmos ao fato de que não são somente as crianças e adolescentes acolhidos possuem histórias. Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos abrigos carregam consigo suas próprias histórias, as quais, de alguma forma, se cruzam com as das pessoas acolhidas, e se esbarram, se enfrentam, se suportam, se acolhem — ou não —. No projeto acima mencionado, a experiência literária compartilhada foi proposta como um dispositivo de formação e cuidado a esses trabalhadores, na aposta de construir pontes e fazer com que a leitura abra espaço para a escuta. Em um espaço seguro, as participantes da pesquisa foram convidadas a ouvir um conto e, diante desse encontro com histórias, compartilhar as suas sensações, percepções e experiências. E, nesse contexto, a temática racial transbordou espontaneamente nas trocas entre as participantes.

A necessidade de elaboração deste recorte teórico surgiu através da identificação da centralidade do debate sobre raça e racismo em dois encontros dentre os oito promovidos pelo projeto. Ao focarmos nossas lentes no estado do Rio Grande do Sul, cenário no qual se desdobrou a pesquisa, e na forma como o racismo se manifesta na região — não se demorou a perceber que há poucas pesquisas sobre o assunto, sendo que a maioria delas aborda temas mais específicos, como, por exemplo, racismo religioso e questões relativas ao sistema prisional —. Como aponta Corrêa (2024), a escassez de pesquisas in-

dica um apagamento e uma invisibilização da história do povo negro no Rio Grande do Sul, bem como uma falta de interesse da própria comunidade acadêmica na temática. Citando autores como Oliven (1996) e Weimer (2007), a autora explica que a experiência vivida e a construção de uma identidade negra no Rio Grande do Sul se diferenciam de outros locais do Brasil pela forte presença de uma visão eurocêntrica no Estado:

o Rio Grande do Sul é um Estado do Brasil considerado diferente dos demais Estados pelo seu caráter dito europeu (visão eurocentrista que permanece até os dias de hoje), que se reflete não apenas na sua composição étnica pós colonização, mas também nas suas características climáticas. Esta afirmação baseia-se na exclusão dos “outros” – africanos e ameríndios – que não se adequariam com a desejada “europeidade” e por este motivo lhes é negado um lugar na representação e identidade do Rio Grande do Sul até os dias de hoje. (Corrêa, 2024, p. 38).

Ainda, segundo a autora, faz parte dessa visão um discurso amplamente difundido de que no Rio Grande do Sul não há pessoas negras, mesmo que o CENSO de 2022 aponte para um percentual de 21,2 % de pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos). Na sua pesquisa, a autora supracitada faz uma leitura a respeito dos efeitos da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) no encarceramento seletivo de corpos negros no Brasil, e principalmente no Rio Grande do Sul. Corrêa (2024, p. 43) constata que a lei “tem sido aplicada de maneira desigual e discriminatória, com um número desproporcionalmente alto de negros sendo presos por delitos relacionados a drogas em comparação com indivíduos brancos”, o que, em partes, a autora atribui a ideias racistas, estigmatizantes e marginalizantes sobre o dito “usuário de drogas” presentes na elaboração e aplicação da referida lei. Esse fato deve ser lido como um desdobramento do racismo estrutural no Estado, institucionalizado no sistema judiciário. Por fim, Corrêa (2024) propõe que uma formação antirracista para atores do sistema judiciário e da segurança pública é fundamental para a mudança desse cenário, assim com uma revisão dos aspectos punitivistas da legislação antidrogas.

Pensando na promoção de um processo de reconhecimento da população negra do Estado, podemos destacar o trabalho de Alves *et al.* (2017), no qual os autores abordam uma importante campanha lançada pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, através da Coordenação Estadual da Saúde da População Negra, intitulada “Declare seu Amor à sua Mãe, Avó, Avô, Pai, Ancestralidade. Declare sua Raça/Cor!”. Os autores, citando Adorno *et al.* (2017), entendem que incluir a categoria raça/cor nos sistemas de informação é um modo de combater o mito da democracia racial que oculta informações, impedindo o adequado monitoramento da discriminação racial no Estado. Mas, para além disso, um dos objetivos da campanha era “reconstruir, reterritorializar, restabelecer a humanidade do Ser Africano, aviltada pelo processo de colonização europeia” (Alves *et al.*, 2017, p. 11), trazendo a “ancestralidade”, um “valor civilizatório africano” (p. 12), para o centro do debate, isto é, indo além do fenótipo (cor da pele) como critério para a autodeclaração. Nas palavras dos autores, “Essa campanha teve como princípio a reconstrução da humanidade e da dignidade existencial da população negra gaúcha, e isso nada mais é do que produzir saúde mental coletiva” (p. 12).

No cenário do Rio Grande do Sul, onde impera o silenciamento, esse tipo de ação tem o potencial de desencadear na população negra — e gaúcha como um todo — a possibilidade de reconhecer-se, valorizar suas origens, tradições e culturas. Portanto, tendo em vista o papel central que o marcador social raça representa em nossa sociedade; a importância de abordar a temática dentro de um ambiente de pesquisa psicanalítica; e o contexto do qual foi retirado o material aqui analisado — o acolhimento institucional no Rio Grande do Sul, um ambiente marcado historicamente por práticas racistas e higienistas — mostrou-se indispensável a produção de uma reflexão direcionada ao tema, embora o projeto de pesquisa maior não tivesse como foco a problemática racial.

Para a escrita deste artigo, foram reunidos fragmentos, cenas e falas das participantes da pesquisa, registrados nos diários clínicos das pesquisadoras. Dessa forma, foi produzida uma articulação entre o material empírico e produções teóricas sobre o tema. As cenas e os

recortes descritos e analisados aqui são referentes ao primeiro e ao sétimo encontro do grupo de experiência literária compartilhada, nos quais os contos lidos foram da autora Conceição Evaristo, sendo eles “Olhos d’água” e “Lumbiá”, respectivamente.

As histórias contadas abriram espaço para narrativas individuais, para pensar práticas institucionais, permitiram o choro, a dúvida e também o confronto e o desconforto. A experiência literária mostrou sua potência ao trazer à tona, nos encontros em que surgiu a temática racial, uma discussão atravessada pelo silenciamento e pela cegueira, características das relações de dominação no espaço público e nas instituições. Como aponta Cida Bento (2018b, p. 12), é fundamental “reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais”, de modo a produzir possibilidades de enfrentamento.

Método

Conforme referido, os dados analisados foram produzidos no contexto de um projeto de pesquisa intitulado “Experiência literária compartilhada: Uma possibilidade de escuta e (re)construção de sentidos no acolhimento institucional”, do qual participaram oito trabalhadoras da Fundação de Proteção Especial do estado do Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas individuais com cada uma das oito participantes, bem como oito encontros de experiência literária compartilhada, que ocorreram semanalmente, entre os meses de setembro e outubro de 2022. A premissa do projeto era que, a partir de um conto lido, as participantes pudessem trazer suas impressões, ideias, sentimentos, experiências, ou qualquer que fosse a associação provocada pela narrativa. Os encontros tinham a duração de 1 hora e 30 minutos e eram realizados sempre em um mesmo espaço, organizado de forma a garantir um ambiente acolhedor e que preservasse a confidencialidade em relação às falas ali produzidas. Duas pesquisadoras conduziram os encontros, sendo que uma delas realizou a leitura dos contos e a mediação do grupo, enquanto que a outra pode se deter na observação e registro dos encontros. Conforme a Resolu-

ção nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa descrita acima foi realizada a partir da autorização prévia do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob número de CAEE 59075122.2.0000.5334, obtida em 27 de junho de 2022.

A metodologia da pesquisa tem como base as proposições da Psicanálise acerca da construção do conhecimento, com uma concepção metodológica que foge da ênfase na dualidade pesquisador-objeto de pesquisa e aposta na produção que surge do encontro das subjetividades, no espaço intermediário, no “entre”. O método utilizado na construção da experiência de pesquisa está pautado em três tempos, conforme propostos por Silva *et al.* (2022): o 1º tempo foi o momento de encontro com o campo; o 2º tempo foi o da escrita dos diários clínicos, realizado pelas pesquisadoras logo após o tempo da experiência; e o 3º tempo foi o momento da composição do relato clínico que, através da relação com a teorização, permite que ele seja também um relato científico. Portanto, a análise proposta neste artigo é parte desse 3º tempo, que se caracteriza pela relação dos diários clínicos com a teorização, mais especificamente a análise e discussão teórica de dados obtidos dos diários clínicos dos encontros um e sete, nos quais a temática racial ganhou destaque.

É válido mencionar que o grupo era composto por oito mulheres, dentre as quais seis tinham o cargo de agentes educadoras e duas eram analistas. Para os fins da pesquisa e da escrita deste artigo, as participantes foram nomeadas com os seguintes nomes fictícios: Marta, Débora, Rita, Charlene, Rebeca, Érica, Karen e Gabriela. No quesito raça, quatro delas se autodeclararam negras e quatro se autodeclararam brancas. Apesar de a temática racial ter se mostrado presente em outros momentos e atravessar os discursos e relações das trabalhadoras, nos dois encontros selecionado a questão racial se destacou na fala das participantes, sendo que no 1º encontro todas estavam presentes, e no 7º encontro apenas cinco, das quais duas se autodeclararam negras na entrevista inicial.

Ambos os contos narrados nessas ocasiões foram da autora Conceição Evaristo, sendo eles “Olhos d’água” e “Lumbiá”, respectiva-

mente. A primeira história narra a realidade de uma mulher negra, as diversas vulnerabilidades que ela viveu e a busca pelo retorno às suas origens. Essa mulher traz a necessidade de voltar a olhar para os olhos de sua mãe, reconhecer o que ela viveu, olhar para a sua própria história e para as experiências que ela está transmitindo para sua filha. Já o conto “Lumbiá” traz a história de um menino, também negro e em situação de trabalho infantil, como personagem principal. Diante do período de Natal, Lumbiá fica extasiado com um presépio que fica dentro de uma loja de luminárias, na qual ele não é autorizado a entrar. Lumbiá é capturado por uma identificação com a imagem do “Deus-menino”, como chamou a autora. O personagem encontra um destino trágico ao entrar furtivamente no local e fugir carregando a pequena estátua do bebê Jesus. Coincidência ou não, o local, de onde Lumbiá era privado de entrar, se chama *Casarão Iluminado*. A palavra, se substituída pelo aumentativo sintético, se transforma em *Casa Grande*.

A discussão apresentada aqui parte da análise dos diários clínicos escritos após os dois encontros nos quais esses contos foram lidos. Tendo em vista os efeitos produzidos no grupo, talvez possamos afirmar que a escolha pelas histórias de Conceição Evaristo repercutiu no percurso dos encontros selecionados. Por outro lado, Rocha *et al.* (2020), ao abordarem a experiência de contação de histórias para crianças como dispositivo clínico de enfrentamento ao racismo, apontam que a escolha das histórias está associada a um processo de escuta de um sofrimento coletivo. Logo, podemos supor que a escolha pelos contos seja resultado também da escuta realizada por uma das pesquisadoras, ao longo do seu trabalho como psicóloga na instituição.

Através da leitura dos diários clínicos, foram elencados alguns temas para discussão: o racismo cotidiano, o colorismo, as políticas do cabelo e o processo de intelectualização ou negação do racismo. A partir desta delimitação, selecionamos falas e cenas das participantes da pesquisa e buscamos analisá-las à luz de produções sobre o tema, encontrando ancoragem, especialmente, nas autoras Grada Kilomba (2019), Cida Bento (2018a, 2018b) e Robin DiAngelo (2018).

Resultados e discussões

O racismo cotidiano

No abrigo, assim como em um contexto social mais amplo, o racismo cotidiano faz-se presente. Nos encontros do grupo de experiência literária compartilhada, foi possível identificar e debater sobre algumas falas e ações de cunho racista presentes no dia a dia do abrigo. Kilomba (2019) nos traz que

o racismo cotidiano se refere a todo vocabulário, discurso, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como 'Outra/o' — a diferença contra a qual o sujeito branco é medido — mas também como 'Outridade', isso é, como a personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca. (p. 78).

Falar sobre essa temática, em um espaço que permite a troca de experiências, foi uma possibilidade de as trabalhadoras compartilharem o que vivenciam, como vítimas dessa violência, assim como traz uma aproximação e uma reflexão — que gera desconforto, desacomodação — às pessoas inseridas nessa cultura em que a norma/o padrão é a branquitude. Segue um pequeno trecho de um dos diálogos ocorridos no encontro, retirado do diário de uma das pesquisadoras:

Rita lembra de Carol, funcionária da empresa terceirizada que é negra e tem a pele retinta. Conta que, além de ser negra, Carol também é analfabeta, periférica e sofre todas as discriminações possíveis. Débora diz que Carol é uma pessoa incrível, que mesmo passando por inúmeras dificuldades, sempre aparece no trabalho com um sorriso no rosto, que nunca falou pra ninguém das dificuldades que estava passando, inclusive quando, por exemplo, não estava recebendo o seu salário e vinha trabalhar igual. Débora segue dizendo que Carol nunca pediu nada no abrigo, pois poderia ter pedido algo que sobrasse, que pudesse levar... “Um pão velho”, comenta Marta ironicamente. Rita segue falando dessa colega, da pessoa resiliente que ela é. Marta (uma mulher que se autodeclara negra) demonstra estar incomodada com a fala das colegas, diz que sempre aparece essa visão de pessoa negra batalhadora, guerreira, mas que é uma batalha exaustiva, que parece não ter fim.

Nesse diálogo, no qual as participantes falam da trabalhadora da empresa de limpeza terceirizada, percebe-se que a trabalhadora é elogiada por nunca ter falado para ninguém das dificuldades que estava passando, por não estar recebendo salário e continuar indo ao trabalho com um sorriso no rosto, por não reclamar. Essas atitudes são nomeadas como “resiliência”. No entanto, percebemos que não se trata de resiliência, mas sim de um lugar de subordinação e exploração do trabalho, situação da qual a trabalhadora possivelmente não encontra formas de sair. Elogiar esse lugar de resignação, reforçar que essa é uma mulher resiliente, é uma forma de corroborar com a exploração da mão de obra dessa mulher, que não está recebendo seu salário, mas segue comparecendo ao trabalho. Marta demonstra incômodo com a fala das colegas, traz o comentário irônico de oferecer a Carol *um pão velho*, possivelmente na tentativa de deixar visível e escrachado o conteúdo dessas falas. Atrás da máscara do elogio à trabalhadora terceirizada, estava o reforço à manutenção desse lugar de submissão e aceitação da exploração da mulher negra. Marta acusa esse ciclo de exploração e racismo ao dizer que *“sempre aparece essa visão de pessoa negra batalhadora, guerreira, mas que é uma batalha exaustiva, que parece não ter fim”*.

Kilomba (2019), ao falar sobre o racismo cotidiano, traz que à pessoa negra são direcionadas as projeções daquilo que a sociedade branca percebe como tabu. Esse processo de repressão dos medos e fantasias brancas e projeção (depósito) desses aspectos inconscientes no sujeito negro faz com que o sujeito branco fuja da história de opressão, da qual é participante, e passe a se perceber como “civilizado” e “decente”, ao passo que à pessoa negra é delegado o lugar de “outra/o”. Esse processo se dá de diferentes formas, sendo que, a partir do que propõe Kilomba, podemos entender o diálogo aqui apresentado como uma projeção do tipo “infantilização”. Na infantilização, “o sujeito negro torna-se a personificação do dependente — o menino, a menina, a criança ou a/o serva/o — que não pode sobreviver sem o seu senhor” (p. 79).

O elogio a Carol vem atrelado a uma posição servil de “vir trabalhar com um sorriso no rosto, mesmo sem receber salário”. Ao passo que essa projeção ocorre e não é percebida, o sujeito, inserido nes-

se ideal branco, não é capaz de perceber o racismo cotidiano. Para que ele possa ser combatido, é importante que não somente pessoas negras — que são objeto dessas projeções — possam perceber essas violências cotidianas, mas também pessoas brancas. No entanto, para que isso de fato ocorra, é necessária a desacomodação e a desidealização do imaginário branco.

Quanto à temática do racismo no contexto do acolhimento institucional, podemos destacar a tese de doutorado de Eurico (2018), intitulada “Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)”. A pesquisadora, em sua pesquisa de campo, realizou grupos focais com trabalhadores de serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes da cidade de São Paulo e apontou que os serviços de acolhimento institucional reproduzem, sem constrangimento, práticas pouco refletidas, carregadas de ideologias e de racismo. Através dos grupos, a pesquisadora identificou elementos corriqueiramente presentes como o uso de linguagens que reforçam estereótipos relacionados à população negra e a inépcia em acolher as crianças e adolescentes vítimas do racismo cotidiano, bem como em denunciar essas práticas racistas.

Diante da reflexão acerca do modo como o racismo opera nos serviços de acolhimento a crianças e adolescentes, Eurico (2018) afirma que o racismo também está presente na dimensão das relações interpessoais, relacionado ao modo como a instituição reedita as ações dominantes de controle da população negra. Assim, são percebidos, através dos discursos dos trabalhadores, vínculos e práticas de cuidado diversos com relação a crianças brancas e crianças pretas, sendo relatados comentários de beleza direcionados a crianças brancas, e de feiura direcionados a crianças negras. Práticas marcadamente diferentes de cuidado e de corte dos cabelos, por exemplo, também são identificadas a partir da raça/cor da criança. Esses pontos de reflexão, de extrema importância para a qualificação das práticas de cuidado no acolhimento institucional, serão trabalhados nos itens a seguir.

Essa diferença de tratamento é destacada por Lino e Souza (2022) como um reflexo de um longo processo histórico no qual sujeitos e famílias negras foram alvo de regulação estatal através de práticas

excludentes e eugenistas. Como apontam as autoras, as políticas de “proteção” da infância e da juventude, até o século XX, foram, na verdade, práticas de isolamento e segregação, por isso:

Tudo o que perpassa o acolhimento institucional como forma de proteção pode e deve ser problematizado: como narrativas, episódios ocorridos, reuniões de equipe, estudos de casos, entre outros, que servem como analisadores. Empreender tais análises, nos possibilita deslocar, estranhar, indagar e desnaturalizar situações interpretadas como cristalizadas. (Lino & Souza, 2022, p. 113).

Sendo assim, cenas como a descrita acima, ou as abordadas por Eurico (2018), precisam ser problematizadas, especialmente no contexto em que ocorrem. Reconhecer o passado da instituição e perceber as atuais implicações desse passado permite a qualificação do cuidado oferecido nesse cenário, evitando que crianças e adolescentes acolhidos, assim como trabalhadores da instituição, sofram com a violência do racismo cotidiano, muitas vezes tão silenciosa aos brancos.

Escutar de forma genuína esses sujeitos que se encontram em situações de desamparo — e podemos entender o racismo como uma forma de desamparo — é uma tarefa bastante difícil e, para muitos, insuportável. Porém, escutar significa romper com o pacto de silêncio mantido pelo grupo social ao qual se pertence. Seguindo os relatos de Primo Levi, Torossian (2009) afirma que existem situações traumáticas que precisam de testemunho e esse testemunho não se refere somente àquele que vê com seus próprios olhos, mas também àquele ouvinte que “não dá as costas” para as narrativas da dor, aquele que não vai embora, aquele que “ouve a narração insuportável, permitindo assim a invenção do presente, sem que seja necessário repetir infinitamente o passado” (p. 50).

Colorismo

E os SRD [sem raça definida]?” perguntou Rita, pouco depois de comentar que é “filha de preto com índio”. A pergunta emblemática, feita em tom de descontração, é retomada minutos depois por Marta, que diz que Rita não tem “a marca... a boca, o nariz, o cabelo” tão fortes quanto ela e Charlene. Rita diz: “mas meu pai me chamava de nega beijuda”. Nesse momento,

Charlene comenta que “raça é autodeclarada” e Rita concorda dizendo que “tem que se identificar”. Marta faz o contraponto “é, mas o racismo, a discriminação, é aquilo de como te veem, e aí tem diferença.

A mesma participante, ao falar de sua infância, relata que repetiu de ano na primeira série por ser negra, “meu apelido era negra brechó...e nem sou tão negra assim”.

Raça negra ou cor negra é um significante, que assim como outros, se inscreve a nível psíquico, produzindo efeitos na posição dos sujeitos frente ao Outro (Nogueira, 2017). Em termos de raça, essa posição relacional (sujeito/Outro) também comporta a dimensão das relações de poder e de uma hierarquia racial, elementos que Almeida (2019) considera requisitos fundamentais para pensar a discriminação e o racismo. Com base no termo racismo estrutural, cunhado pelo autor, o racismo deve ser pensado como algo que integra as relações políticas e sociais como uma lógica, ou seja, como uma forma de funcionamento.

No trecho acima, retirado do diário clínico de uma das pesquisadoras, é possível observar não somente uma discussão considerando a origem racial, como também uma diferenciação no que tange à tonalidade da pele, ou à *marca*, como fator central do racismo. Esta forma de discriminação racial, chamada de colorismo ou pigmentocracia, consiste na concepção de que quanto maior for a aproximação com tons de pele mais escuros, maior a possibilidade de exclusão social e de sofrimento de violências (Silva, 2017).

No recorte mencionado, Marta diz que Rita não tem traços físicos associados às pessoas pretas tão acentuados quanto ela e Charlene. Traços como boca, nariz e cabelo, ou o que Marta aponta simplesmente como a *marca*. É importante mencionar que, na entrevista inicial, Rita se autodeclarou branca. Nesse encontro, e após Charlene afirmar que raça é autodeclarada, Rita diz se reconhecer negra. Talvez algo tenha operado no 7º encontro, ou no decorrer dos encontros, que possibilitou essa mudança de autopercepção na participante.

Silva (2017) destaca a ênfase que é dada no colorismo a estes traços físicos, chamando de “negros indisfarçáveis” aqueles com a presença mais acentuada dessas características. E, ao contrário dos Esta-

dos Unidos, onde a discriminação racial está muito ligada à origem, no Brasil prevalece, segundo o autor, “o preconceito racial *de marca*” (p. 11). Ou seja, a intensidade com a qual a pessoa será discriminada está diretamente ligada a sua aparência. Aos negros de pele escura são delegadas características pejorativas, dignas da rejeição e da outridade, isso é, o negro é colocado nesse lugar de representação mental daqueles aspectos que o sujeito branco não quer de modo algum ser ou parecer (Kilomba, 2019).

A “marca” condensa aquilo que torna a pessoa de pele retinta impossibilitada de ter sua negritude disfarçada ou escondida, o que a coloca, frente às relações de poder colonialistas, na posição de base da hierarquia racial. A fala de Marta traz à tona esses aspectos, propondo que as vivências dela e de Charlene com o racismo são diferentes das de Rita. Marta evidencia que o racismo vai além da ascendência genética ou da identificação, pois passa pela visão de outra pessoa — pessoa esta que vem a ser um sujeito branco colonizador — que, por exemplo, discrimina Marta e Charlene por serem negras, ao passo que “tolera” Rita por se aproximar mais do ideal de branquitude (Silva, 2017).

Esse olhar do outro, de que fala Marta, fica evidente no momento em que Rita se “assume” negra frente ao grupo, causando surpresa em duas participantes brancas, como podemos observar no seguinte trecho do diário clínico de uma das pesquisadoras:

Débora e Rebeca surpreendem-se com o fato de Rita ser negra e identificar-se como tal, apesar da brincadeira sobre os “SRD”. Achei esse momento muito interessante, pois desde o primeiro encontro vi Rita como uma mulher negra e perceber que outras pessoas podem não a ler da mesma forma foi surpreendente [...] O tema da identidade racial retorna e Débora comenta novamente que se surpreendeu quando Rita falou ser negra: “não tem traço como Marta”, disse, Rita responde: “é, tem a ver com o que eu me identifico... eu me vejo como negra”.

Podemos observar que Rita se “disfarça” entre os brancos de uma forma impossível para Marta e Charlene, e a fala de Marta denota a diferença discriminatória vivida por elas. Contudo, uma pele mais clara

não garante que Rita ocupe a mesma posição que os sujeitos brancos. Como afirma Kilomba (2019), a hierarquia racial do colorismo apenas difere o “pior” do “menos pior” ao olhar da branquitude. Sendo assim, o mestiço, por ser tido como o mais próximo da branquitude, acessa certos privilégios em relação às pessoas negras de pele escura, mas sem jamais ascender a igualdade em relação às pessoas brancas (Silva, 2017). A posição de Rita possibilita somente o gozo de ser tolerada por ser um corpo mais agradável frente aos olhares da branquitude, porém esse sujeito nunca é aceito de fato, já que, conforme Silva (2017), aceitar implicaria no reconhecimento do racismo estrutural e no desmascaramento do mito da democracia racial.

De acordo com Eurico (2018), a concepção de democracia racial continua distorcida, ainda seguindo um modelo que se percebia durante a época escravocrata, no qual as crianças bastardas que nasciam com a cor de pele mais clara eram acolhidas pelos senhores feudais. Portanto, preservar a ideia da democracia racial significa distanciar os pardos do lugar que se convencionou para a população negra, tornando-os ilusoriamente “não negros”. Assim,

Quanto mais clara a pigmentação da pele, mais “democraticamente” a pessoa será tratada. De modo deturpado, é como se a democracia racial autorizasse tratamentos desiguais entre os não brancos segundo uma graduação de cores que, quanto mais próximo do branco, maior a possibilidade de acesso e quanto mais distante, maior a possibilidade de sofrer discriminação. Se o cotidiano é o lugar de reprodução de práticas irrefletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam estas práticas (p. 189). Kilomba (2019) também aborda esse processo ao retratar uma cena de Alicia, uma mulher negra de pele clara que, ao se dizer negra para a amiga branca, é imediatamente contrariada pela amiga que afirma que ela não é negra. A autora chama esse processo de invisibilização do visível e afirma que isso faz parte de um processo de negação, no qual a negritude só tem acesso ao consciente enquanto significante negativo. Por isso, a amiga de Alicia precisa contrariá-la, quase que confortando-a: “Bom, mas para mim você não é *negra*. Eu não acho que você seja *negra*! Eu até me esqueço que você é *negra*” (p. 145).

A identificação com sua ascendência negra, aspecto levantado pela própria Rita no encontro sete, é dificultada por mecanismos coloniais de hierarquização, gerando um afastamento violento de seus pares e um apagamento sistemático de sua história. Esse aspecto se evidencia se reunirmos e analisarmos as formas como a própria Rita se definiu neste encontro e em outros momentos do grupo: branca na entrevista inicial, negra, *nem tão negra assim* e *SRD* no sétimo encontro. É preciso mencionar que “sem raça definida” é a nomenclatura técnica que designa o cachorro chamado popularmente de vira-lata, carregando assim uma conotação negativa. No entanto, foi o termo escolhido pela participante para questionar, em tom de brincadeira, a própria identidade racial.

Parece que Rita passou a se dizer negra de forma mais assertiva a partir do momento em que Charlene, uma mulher negra de pele retinta, afirmou que raça é autodeclarada. Talvez a afirmação tenha produzido em Rita a possibilidade de ser reconhecida e se reconhecer entre seus pares. Essa desagregação inter-racial, como diz Silva (2017), é resultado do colorismo e acaba por apartar negros de acordo com a tonalidade de sua pele.

As políticas do cabelo

Marta, ao comentar sobre uma aluna negra que sofreu racismo na escola, diz que entende o quanto essa menina sofreu e o quanto esse racismo está presente no dia a dia de trabalho no abrigo, na forma como as crianças negras são tratadas ou quando comentam sobre o cabelo de uma criança, por exemplo. Charlene traz que seu filho tem o cabelo comprido (mostra uma foto) e que é impressionante como escuta comentários a respeito do cabelo do filho, tanto comentários elogiando, quanto comentários dizendo que ele “é bonito, apesar do cabelo”. Conta que as pessoas querem sempre tocar, apalpar o cabelo dele e que não fazem isso com outras crianças. Marta diz que ela também vive isso e que as pessoas querem pegar em seu cabelo, talvez para ver se o cabelo é duro, supõe ela. Débora diz que tem vontade de pegar no cabelo de Marta. Comento que, muitas vezes, se estabelece essa relação com o corpo negro, de curiosidade, mas também de intromissão.

Esse trecho, retirado do diário clínico de uma das pesquisadoras, retrata o quanto práticas racistas e discriminatórias relacionadas

ao cabelo da pessoa negra estão presentes no ambiente institucional. Durante esse encontro, foram trazidos exemplos pessoais das participantes ou situações ocorridas com pessoas de fora do acolhimento. Ao final do encontro, mais uma situação ocorre:

A participante Marta pede para conversar com uma das pesquisadoras e lhe fala sobre uma situação que não havia compartilhado no momento do encontro. Traz que recentemente ingressou no abrigo um menino negro, que estava com o cabelo comprido e que ela havia cortado um pouco o seu cabelo. Alguns dias depois, em reunião, a assistente social havia falado sobre a importância de isso ocorrer em diálogo com a família, visto que a mãe do menino havia questionado o corte de cabelo. A trabalhadora diz que ela havia cortado o cabelo do menino justamente porque ouvia muitos comentários preconceituosos dos colegas a respeito do cabelo dele e que isso a incomodava muito. Conta que em um dos dias, ao chegar no abrigo, viu que os colegas haviam alisado o cabelo do menino com creme de cabelo adulto, deixando o cabelo todo lambido. Para evitar tais situações, optou por cortá-lo.

Nesses dois momentos narrados, percebe-se que a participante, por duas vezes, é alvo de falas racistas. Durante o encontro, uma das participantes afirma, com muita tranquilidade, o desejo de encostar no cabelo de Marta — mesmo ela tendo afirmado anteriormente que essa atitude a incomodava —. E, no segundo momento narrado, Marta ouviu comentários racistas acerca do cabelo do menino, que é crespo como o seu. Assim, parece que a trabalhadora realiza a ação de cortar o cabelo do menino como uma tentativa de poupá-lo desses comentários racistas, mas sua ação vai no sentido de suprimir a característica do cabelo afro que incomodava o ideal branco.

Ao falar sobre a forma como os trabalhadores do acolhimento lidam com o cuidado do cabelo de crianças e adolescentes negras(os), Eurico (2018) traz que o cabelo é visto como um estigma e que são bastante comuns práticas que visem “resolver esse problema”, optando pela modificação da aparência desse cabelo. A autora descreve uma situação de racismo naturalizado, narrada de forma espontânea em um dos grupos focais que realizou com trabalhadores do acolhimento: em um dos abrigos, as meninas estavam com piolhos, dentre elas, duas meninas negras e três meninas brancas. A decisão racista,

tomada pelos técnicos, foi o uso sistemático de pente fino nas três meninas brancas e o corte curto do cabelo das meninas negras, “devido ao ‘trabalho’ insano que seria ‘limpar’ aquelas cabeças” (p. 104). Tanto a situação descrita na tese de Eurico (2018), quanto situações narradas nos relatos clínicos das pesquisadoras, evidenciam a urgência de se falar sobre o cuidado específico que precisa ser dedicado às pessoas negras que estão em acolhimento, incluindo a necessidade de se capacitar os trabalhadores sobre as formas de cuidado de um cabelo afro, mas também sobre a importância de se compreender a temática das políticas do cabelo e o lugar de resistência política representado pelo cabelo das pessoas negras.

Retornando aos diários clínicos, acima descritos, lembramos do comentário feito pela pesquisadora de que, muitas vezes, se estabelece uma relação com o corpo negro de curiosidade e de intromissão. Essa percepção corrobora com o que fala Kilomba (2019) ao relatar as experiências vividas por uma mulher negra em relação ao seu cabelo. A autora afirma que, ao ser motivo de “curiosidade”, intromissão e invasão, os negros são marcados como diferentes, ao mesmo tempo que os brancos preservam seu status de central (universal) e ausente (sem marca). Nessa dinâmica, na qual alguém toca e alguém é tocado, muitas vezes sem autorização, o corpo tocado acaba por ser publicamente objetificado dentro dessa relação de poder (Kilomba, 2019).

O cabelo é o “sinal mais significativo da racialização” (Kilomba, 2019, p. 128), uma vez que durante a escravidão a cor da pele passou a ser “tolerada” e o mesmo não ocorreu com o cabelo “que acabou se tornando um símbolo da ‘primitividade’, desordem, inferioridade e não-civilização” (p. 127). Por isso, ostentar um black, um rasta ou dreadlocks é um símbolo de resistência, consciência política e fortalecimento racial, que pode também significar “sinais de independência e descolonização em relação às normas *brancas*, um fato perturbador para o público branco” (pp. 127-128), gerando desconforto, comentários e olhares negativos.

Observa-se, no recorte acima, que Débora, mesmo ouvindo a experiência das mulheres negras em relação ao tema, confessa sua “curiosidade” em tocar o cabelo de Marta, que na sequência com-

partilha: *“O dia a dia é muito, muito difícil... mas vamos em frente”*. A questão que se coloca nesse caso é a reflexão acerca do que está por trás dessa curiosidade, uma vez que ela não ocorre em relação ao cabelo das demais integrantes do grupo. Kilomba (2019), ao descrever novamente a experiência de Alicia, conta que ela utilizava óleo de coco no cabelo e, em uma ocasião, o namorado de Alicia, ao cheirar seu cabelo, cantou uma música sobre macacos roubando cocos. Essa associação é interpretada por Kilomba como o mecanismo psíquico de deslocamento que permite que discursos racistas sejam expressos de modo disfarçado, camuflando sua agressividade. Podemos inferir que algo semelhante ocorre quando Débora entende que ela está “apenas” curiosa sobre o cabelo de Marta. Essas situações demonstram o quanto associações desse tipo estão registradas a nível inconsciente e geram significativo sofrimento psíquico às pessoas vítimas dessa violência.

O processo de intelectualização ou negação do racismo

Após a leitura do conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo, Marta reforça fortemente: “não é de qualquer infância que está se falando. Esse texto fala da infância desses meninos pobres e pretos da periferia, que sofrem todo o tipo de discriminação por diversos fatores, mas especialmente pela cor de pele”. Débora traz alguns exemplos de situações que presenciou como professora de uma escola de educação especial, tanto entre alunos, quanto dentro da própria escola, entre trabalhadores. Nomeia essas situações como sendo bullying e, enquanto Débora ainda fala, Marta corrige a colega: “Racismo! Não é bullying, é racismo o nome disso”.

Minutos depois, uma das pesquisadoras intervém marcando novamente a diferença entre racismo e bullying, e Débora insiste: “mas é muito parecido”.

O trecho descrito acima foi o disparador da conversa sobre racismo, ocorrida no sétimo encontro, e percebemos que esse pequeno recorte, por si só, já comporta uma importante discussão. Falar sobre *bullying*, justamente no momento em que se está falando sobre racismo, é justamente modificar o foco do debate, deixando de falar sobre a violência direcionada à pessoa negra e incluindo no debate diversos tipos de violências e discriminações. Esse movimento é fruto de

um processo de racionalização, que culmina, em última instância, na manutenção do privilégio branco, esse processo que faz prevalecer, para os brancos, o silêncio acerca do próprio passado e da herança escravocrata. Como aponta Cida Bento (2018a, p. 21), é quase como se o branco fosse retirado da equação “como se não fosse parte desse passado e não trouxesse nenhuma herança dele”. Podemos entender esse comportamento como uma defesa, na busca pela preservação de privilégios. Kilomba (2019) também marca a racionalização como uma das respostas comuns à culpa frente ao racismo.

Esse recorte se aproxima muito ao que Bento (2018b, p. 12) chama de Pacto da Branquitude: um processo sistemático de negação do racismo nas instituições e na história. Nas palavras da autora, esse pacto “possui um componente narcísico de auto-preservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Ou seja, na essência do preconceito está presente um sentimento de medo de uma ameaça que vem do outro, a representação que construímos do diferente e o que fazemos a partir dessa construção. Nessa perspectiva, a autora, que faz uma análise acerca do racismo nas organizações, diz que, muitas vezes, é através de uma racionalidade que se busca justificar certos privilégios e desigualdades, como, por exemplo, o uso da ideia de mérito para explicar a relação entre cargo e raça da pessoa que o ocupa. Algo semelhante ocorre quando Débora, uma mulher branca, afirma e reafirma que *bullying* e racismo são coisas tão parecidas a ponto de não precisarem ser diferenciadas.

É válido mencionar que essa racionalização já se apresentava em teorias, no período do Brasil colonial e imperial, que buscavam demonstrar a “inferioridade” do negro. Essa pretensa cientificidade tinha como objetivo justificar as atrocidades cometidas e preservar a dominação branca, como aponta Silva (2017). Outro trecho, retirado do diário de uma das pesquisadoras, nos ajuda a refletir sobre esse processo de negação do racismo:

Rebeca, uma das participantes brancas, anuncia que precisa sair mais cedo e se retira. Esse movimento se dá justamente em um momento de mais tensão em função do debate sobre racismo e fica a dúvida se essa saída se deu por uma necessidade externa ou pela tensão gerada no encontro.

Podemos pensar que, tanto a recusa de Débora em reconhecer a situação descrita como racismo, quanto o súbito movimento de se retirar de Rebeca, podem indicar o que Robin DiAngelo (2018) propõe com a ideia de “fragilidade branca”. A autora — que descreve o conceito a partir de sua experiência com o trabalho em programas educacionais antirracistas, em instituições dos Estados Unidos — traz que a Fragilidade Branca se caracteriza por uma falta de resistência racial que resulta em determinados comportamentos de raiva, medo, abandono, dentre outros, quando se aborda diretamente a temática racial.

Nessa perspectiva, o privilégio racial cria uma espécie de isolamento, no qual pessoas brancas, em posição de conforto, não precisam enfrentar situações de estresse racial, o que resulta em uma “reduzida resistência psicossocial” (DiAngelo, 2018, p. 38) quando confrontados com o desconforto produzido por tais temas. Por conta dessa fragilidade, pessoas brancas acionam uma série de mecanismos defensivos, como os observados em Débora e potencialmente em Rebeca. No entanto, como afirma Kilomba (2019), a realidade experienciada pelo racismo — assim com as cicatrizes psíquicas por ele causadas nas pessoas negras — só se tornam visíveis, tanto no âmbito público quanto no âmbito acadêmico, diante dessa perturbação da normalidade da cultura branca.

Um dos fatores através dos quais DiAngelo (2018) observa a Fragilidade Branca é a ideia, construída através dos anos, de que o homem branco é o homem universal. Segundo a autora, isso é evidenciado através de uma identidade não racializada, isto é, os brancos não se percebem como sujeitos com raça, ficando isentos do “peso psíquico da raça” (p. 44). Tendo como referência o trabalho *White*, de Richard Dyer, DiAngelo (2018) refere que pessoas brancas são apenas pessoas, podendo, então, representar a humanidade, enquanto pessoas não brancas só poderiam representar suas próprias experiências raciais.

Por isso, não é por acaso que, no encontro analisado, o debate sobre raça e racismo é iniciado e sustentado pelas mulheres autodeclaradas negras. A fragilidade branca, como diz DiAngelo (2018), dificulta que os brancos engajem de maneira construtiva no debate. Marta, ao

reiterar que a situação de que estavam falando se tratava de racismo, propôs um desafio ao privilégio branco, desestabilizando o equilíbrio e o conforto raciais. Por outro lado, Débora e Rebeca parecem tender a buscar a estabilidade desse conforto, através da evitação, que impede que o racismo seja enfrentado.

Considerações finais

Esse artigo foi pensado e construído com base nos diários clínicos das pesquisadoras envolvidas no projeto de pesquisa de mestrado intitulado “Experiência literária compartilhada: uma possibilidade de escuta e (re)construção de sentidos no acolhimento institucional”. Dos oito encontros, propostos pelo projeto de pesquisa realizado com trabalhadoras do acolhimento institucional, dois deles tiveram o tema raça e racismo em foco, o que evidencia a necessidade urgente de se falar sobre essa temática no ambiente institucional de um serviço que se propõem a realizar o cuidado a crianças e adolescentes, sendo muitos deles(as) negros(as).

Percebeu-se que os dois encontros em que a temática racial ganhou destaque tiveram como motor propulsor os contos da autora Conceição Evaristo, retirados de seu livro *Olhos d'água* (Evaristo, 2021). Tal fato reforça a importância da leitura de obras de autores negros, que como Conceição Evaristo, conseguem trazer com riqueza de detalhes as vivências das pessoas marcadas pelo racismo cotidiano, o que abriu espaço para narrativas individuais das participantes do grupo, bem como para reflexões sobre práticas institucionais. Portanto, entendemos que tal debate foi propiciado pela arte da escrita, a qual nos foi compartilhada por Conceição Evaristo.

A experiência literária compartilhada se constituiu como um dispositivo que pode promover ou potencializar a discussão sobre o tema raça e racismo no ambiente do acolhimento institucional a crianças e adolescentes. Destaca-se que as pesquisadoras, na condução dos encontros, não direcionaram a discussão para nenhuma temática específica, mas acolheram as falas das participantes que traziam a questão

racial à tona, não se mostrando “surdas” ao assunto. Ao escutar e dar espaço a essa discussão, evidenciou-se o quanto ela estava presente na sala, naqueles encontros e nas histórias pessoais e profissionais das participantes. Considera-se necessária a ampliação do debate sobre o tema, com reflexões teóricas e práticas, a fim de qualificar as ações de cuidado a pessoas negras acolhidas, bem como para construir possibilidades de enfrentamento e práticas com mais consciência racial e menos marcadas pelo racismo.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul pela abertura para a realização da pesquisa. Um agradecimento especial às trabalhadoras que se dispuseram a participar da experiência literária compartilhada, pois contribuíram para a construção de novos conhecimentos no campo do acolhimento institucional.

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Alves, M. C., Jesus, J. P. & Diaz, L. A. F. (2017). Autodeclaração da raça/cor no SUS: reflexões conceituais a partir da campanha realizada pelo Estado do Rio Grande do Sul. *Identidade!* 22(1), 05-15. <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7348>
- Bento, C. (2018a). Branquitude e colonização europeia. In C. Bento, *O pacto da branquitude* (pp. 18-24). Companhia das Letras.
- Bento, C. (2018b). Pacto narcísico. In C. Bento, *O Pacto da branquitude* (pp. 11-17). Companhia das Letras.
- Corrêa, J. F. (2024). Pensando localmente: A construção histórica do negro no Rio Grande do Sul, a Lei 11.343/2006 e seletividade penal. In *Racismo, encarceramento e política de drogas no Rio Grande do Sul: Uma análise crítica da Lei 11.343/2006* [Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil]. <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001239312&loc=2025&l=c23c446e4ee74936>

- DiAngelo, R. (2018). Fragilidade branca. *Dossiê*, 21(3), 35-57. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528>
- Eurico, M. C. (2018). *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267>
- Evaristo, C. (2021). *Olhos d'água*. Pallas.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lino, M. V., & Souza, L. A. S. (2022). Proteção tem cor: problematizando o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros. *Revista Serviço Social em Debate*, 5(1), 100-116.
- Nogueira, I. B. (2017). Cor e inconsciente. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro do brasil: Questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva.
- Rocha, M. G., Rodrigues, M. R., Torossian, S. D., & Gageiro, A. M. (2020). Contação de histórias como dispositivo clínico na infância frente ao racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20(2). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iesp2.e8986>
- Silva, T. M. G. S. (2017). O Colorismo e suas bases históricas discriminatórias. *Direito UNIFACS - Debate Virtual*, (201), 01-19. <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>
- Silva, M. R., Oliveira, B. C., & Ferrari, A. G. (2022). Da experiência ao relato clínico: Desafios do registro em uma pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 25(2), 31-38. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142022-02-04>
- Torossian, S. D. (2009). Entre fadas e lobos: um dispositivo para escutar a dor. *Correio da APPOA*, (182), 45-53. <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/correio/correio182.pdf>